

UNIVERSIDADE POPULAR: CONCEPÇÃO LATINO-AMERICANA DE
UNIVERSIDADE [GIOVANNI FRIZZO]

DOI: <http://10.9771/gmed.v17i1.65522>

Kathiuça Bertollo¹

Título: Universidade Popular: Concepção latino-americana de universidade

Autoria: Giovanni Frizzo

Cidade e editora: São Paulo, ICP

Ano da publicação: 2024

Páginas: 266

O tempo presente carece de estudos e posições tais quais o professor Giovanni Frizzo desenvolveu e assumiu na obra *Universidade popular: concepção latino-americana de universidade*. Suas reflexões impulsionam as necessárias e urgentes lutas da classe trabalhadora em seu sentido amplo e na defesa e reivindicação de uma educação e universidade que parta, represente e materialize as demandas e perspectivas classistas populares.

A obra tem prefácio escrito pelo professor Mauro Iasi, e primeira e segunda orelhas escritas pela professora Célia Regina Vendramini. Ambos ressaltam a amplitude e o rigor do debate realizado por Frizzo, que evidencia elementos da totalidade da vida social, neste momento histórico, permeada por contradições próprias da ordem do capital, e portanto, do processo de consciência e luta de classes, o que abarca e inside nos rumos da produção de conhecimentos e nos projetos de educação e universidade.

O livro é organizado em cinco capítulos e as reflexões apresentadas pelo autor, que em suas palavras “foram escritas com amor e ódio” e expressam uma “ação e postura ética diante do mundo” (p.11), assumem o referencial teórico marxista como orientação científica e política. Afinal, abordar acerca dos processos de consciência, da perspectiva revolucionária, da universidade popular e da emancipação humana exigem a tomada de partido por cada indivíduo, que se expressará na organização coletiva enquanto classe.

Já nas primeiras páginas o autor explicita que:

A Universidade Popular é mediação histórica entre a universidade da sociedade burguesa em confronto com a universidade e a sociedade emancipada que projetamos. Ela é necessariamente movimento, que opera pela via revolucionária, síntese de múltiplas determinações de nosso tempo histórico com vistas à sua própria superação. É a construção do novo por dentro do velho. É disputa de

projeto de Universidade e espaço de aprendizado, do conhecimento e da organização popular enquanto classe. E isso tudo só é possível tendo um horizonte de superação da sociedade de classes que a forjou. A transformação da universidade é a transformação da sociedade. E é esse horizonte que define o que fazemos nesse nosso tempo, por dentro e por fora da ordem (Frizzo, 2024, p. 12).

É esta compreensão que perpassa a obra como um todo, e a partir de vasta bibliografia e do método dialético materialista e histórico, Frizzo (2024, p. 18) demarca que o ponto de partida de suas reflexões “em termos gerais, é que a consciência é expressão das relações sociais de produção da existência”, ou seja, os processos de avanço e/ou de recuo das lutas históricas se forjam e se constituem a partir das contradições da vida material em sociedade, que sob os marcos do capital se expressam em antagonismos classistas e na alienação. Nesse sentido, o processo de consciência em si e para si enquanto classe é perpassado pela ideologia enquanto falsa consciência e pelos movimentos coletivos de reconhecimento humano-genérico.

A divisão social do trabalho organizada via propriedade privada dos meios de produção e pelo assalariamento conformam relações econômico-produtivas e histórico-sociais pautadas na exploração da força de trabalho, ou seja, na exploração da classe trabalhadora em seu conjunto. Tal contexto, ao mesmo tempo em que impõe condições adversas de sobrevivência também desencadeia o vislumbre de superar tal condição, no entanto, este movimento e posição não se dá de forma isolada, mas sim pela classe em seu conjunto. Reivindicando Marx e Engels (2007), afirma: “a emancipação humana necessariamente pressupõe libertar-se das amarras da sociedade de classe e da propriedade privada dos meios de produção. Ou seja, a liberdade não é um ato do pensamento ou da consciência, é um ato histórico” (p. 33).

O autor prossegue suas reflexões em torno dos processos de consciência dialogando com formulações da psicologia soviética ao longo do século XX, para tanto, expõe as contribuições de Vigotski e Leontiev acerca “das diferentes formas de agir do indivíduo na sociedade e de como a sociedade condiciona a ação do indivíduo, porém de maneira alguma em um espectro de determinação vertical”(p. 45). Endossa a afirmação de que a consciência se forja a partir do movimento da atividade humana e não como algo projetado pelo indivíduo. Percebe-se, portanto, o aspecto materialista da análise reivindicada por Frizzo neste diálogo multidisciplinar que estabelece com estas formulações clássicas que fundamentam estruturalmente o item intitulado “aspectos psicológicos da consciência”.

Prosseguindo suas argumentações, o autor afirma que “a práxis enquanto atividade humana sensível concebida como atividade prático-crítica constitui o ser social” (p.50), e nesse sentido, “a atividade teórica é uma expressão da constituição do ser social” (p. 50), em suma, “em toda a atividade teórica há uma concepção de mundo – consciente ou mecânica – vinculada” (p. 59). Neste momento do texto, Frizzo ainda evidencia acerca do senso comum enquanto expressão da serialização da fragmentação da consciência, da imediatividade da vida cotidiana – de partir dela e da necessidade de ir além dela no processo de consciência, da religião enquanto uma forma da ideologia, ou seja, da ideologia religiosa enquanto uma poderosa aliada da ideologia burguesa que “justifica as segregações como ordem natural divina” (p. 72), e conclui apontando que “essas formas de interpretação da

realidade são baseadas na ultrageneralização idealista, espontânea e estruturada pela ideologia” (p. 73).

Realizar a crítica a essas formas de atividade teórica não-sistematizadas “são passos fundamentais para o salto de consciência” e “a teoria filosófica e científica tem função determinante e determinada no movimento da consciência” (p. 73), sendo estas “atividades teóricas que se diferenciam das anteriormente expostas exatamente por serem sistematizadas” (p.74). Nesse sentido, aponta que o método da atividade teórica científica e filosófica é o caminho de apreensão da realidade na investigação, ultrapassando as visões simplistas, superficiais e que permanecem na aparência dos fenômenos. No conjunto dessas reflexões, o autor ainda rechaça a ideologia pós-moderna e as formulações idealistas que criticam o marxismo e a compreensão ontológica dos fenômenos e da realidade concreta. Para tanto, reconhece a história como base fundamental do estudo teórico e sinaliza que “a ciência e filosofia que se propõe revolucionária parte da crítica ao que está posto, como fundamento de toda superação dos problemas reais existentes”(p. 88).

Na continuidade de suas formulações, Frizzo afirma que “a consciência da classe só pode ser captada em seu processo de constituir-se enquanto classe e no movimento que leva uma forma à outra da consciência” (p.93). Aponta que “a manifestação da consciência de classe em si pode levar ao amoldamento ou ao enfrentamento” (p.94). Nesse contexto, a constituição do sujeito coletivo é um momento e possibilidade em que o indivíduo pode se deparar com uma perspectiva comum das reivindicações postas à sua existência, no entanto, alerta que “no movimento da consciência de classe em si, as contradições do sistema do capital e sua ideologia correspondente ainda não encontram sínteses capazes de projetar o mundo por fora da lógica do capital e tampouco da sociedade dividida em classes” (p. 97).

O sindicato, o movimento estudantil, o movimento social e o partido político são evidenciados pelo autor como expressões das possibilidades de salto da consciência que podem levar adiante a revolta como reivindicação coletiva e contribuir na superação da serialidade da consciência. Obviamente que este processo é perpassado por contradições, embates, avanços e retrocessos, pois “o salto de consciência entre a forma alienada e a consciência de reivindicação passam pelo reconhecimento da pessoa em relação às outras” (p.109). Nessa esteira reflexiva, o autor ainda aborda a burocracia política enquanto uma barreira limitante do avanço da consciência de classe e sinaliza que este fato, juntamente com a restrição da amplitude das lutas embasadas no espontaneísmo, são sínteses recorrentes dos movimentos que desencadeiam as lutas em defesa da universidade pública. Nesse sentido, é fundamental compreender que a questão da universidade e das lutas que perpassam sua existência, conformação e rumos não se restringe a si mesma, mas diz respeito ao antagonismo classista que estrutura a sociedade em que a universidade é fruto, decorrência e espaço em disputa no contexto amplo da luta de classes.

Ao assumir tal pressuposto, o autor afirma que a “consciência é o seu próprio movimento” (p. 119). Percebe-se, portanto, a demarcação que o autor faz mais uma vez acerca do fato de que a transição da consciência de classe em si à consciência de classe para si não é um fato mecânico e automático, é um processo decorrente das determinações particulares de uma classe a partir das

condições objetivas e subjetivas. Em síntese, “não há processo linear evolutivo pré-estabelecido entre os momentos da consciência, pois sua configuração em cada momento histórico é único”(p. 119-120) e, nesse sentido, ocorre uma dupla determinação, qual seja, “a consciência é *determinada* e também *determinante* do ser social”(p. 121, grifos do autor).

Nas páginas seguintes, Frizzo evidencia o caráter político da luta de classe, em que no processo da luta social os interesses individuais podem se configurar em interesses gerais da sociedade, o que pode gerar uma situação de ruptura com o sistema social de dominação. Tal posição assumida pelo autor é inscrita a partir de processos históricos, rechaçando, assim, qualquer vertente esquemática da inevitabilidade do socialismo. Neste mesmo item, o autor também faz uma reflexão crítica acerca dos processos de conciliação de classes e, para tanto, evidencia elementos do contexto brasileiro contemporâneo, dando ênfase à atuação política e à trajetória assumida pelo Partido dos Trabalhadores (PT), através do que se denomina Estratégia Democrático Popular (EDP). Neste momento, Frizzo dialoga com autores clássicos do pensamento social brasileiro, como Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, a fim de resgatar formulações acerca da formação social brasileira e das possibilidades de tensionamento da ordem, além de reivindicar a posição crítica formulada e assumida por Iasi (2023) acerca dos limites da EDP.

Remetendo a reflexão ao tema em questão na obra, isto é, ao surgimento e constituição de Universidades Populares latino-americanas, o autor evidencia as lutas sociais e de organização classista via movimento sindical e movimento estudantil. Nesse bojo argumentativo, expõe acerca da greve enquanto instrumento histórico do contexto da luta de classes que incide diretamente no processo de obtenção, ou melhor dizendo, na suspensão da obtenção de lucros pelo patrão no período em que perdurar o movimento paredista. Também evidencia o caráter educativo deste processo de tensionamento, seja porque a organização de uma greve pressupõe a atuação coletiva de uma categoria ou classe, seja porque aponta para a necessária reivindicação para além das demandas imediatas; em suma, porque este movimento da classe aponta à necessária ampliação e continuidade do horizonte das lutas para além da própria greve, ou seja, nos processos de avanço de consciência da classe. Entretanto, aponta o autor que “o movimento sindical não se resume às greves que realiza” (p. 166). Por ser um espaço de atuação direta no conflito capital-trabalho, sua atuação política é perpassada por contradições e disputas e, nesse contexto, a burocracia sindical e as matrizes liberais e pós-modernas podem incidir de forma a limitar estas perspectivas progressistas de mobilização e reivindicação coletivas.

Estes elementos são fundamentais para compreender o tempo presente e os desafios postos à educação e à universidade pública que temos. Neste sentido, Frizzo prossegue sua reflexão evidenciando a experiência histórica de constituição da universidade popular em nosso continente a partir de processos de consciência e ruptura revolucionária.

O autor abre o esperado quinto e último capítulo deste percurso reflexivo profundo e instigante afirmando ao leitor que “a consciência da classe em si canaliza a revolta e a indignação de

sujeitos e grupos para o confronto com aquilo que lhe é oposto. Este oposto, em geral é a expressão da ideologia dominante que por sua vez, são as ideias da classe dominante”(p. 175). Prossegue afirmando que:

a questão que se coloca, sob o ponto de vista de uma ruptura revolucionária emancipadora, é projetar a luta de classes em direção ao fim das classes. De se afirmar como classe em negação à si enquanto classe. De superar a reivindicação para outra classe em sentido de autodeterminar-se não mais como classe, mas como humanidade emancipada (Frizzo, 2024, p. 176).

Estas decisivas considerações, entendimento e posição dialética também incidem e conformam a pauta da universidade popular classista. Assim, o autor apresenta sua posição:

A luta pela transformação da universidade não é apenas por melhorias de estruturas por dentro do capitalismo, pois ainda será uma universidade da classe dominante, mesmo que possa ter mais assistência estudantil, carreira docente, democracia, etc. Quando direcionada para a emancipação humana, a transformação da universidade é também a luta pela transformação da sociedade, a classe que se afirma na reivindicação se nega enquanto classe na emancipação. Essa negação da negação produz sínteses positivas que se desatam do nó de classe e criam novas possibilidades para a produção da existência humana: sem propriedade privada, sem classes, sem exploração e sem Estado (p. 177).

Não é incomum que a projeção de transformação da universidade como transformação da sociedade se depare com entraves da burocracia sindical e do movimento social, cujo intuito é levar a categoria ou uma classe, nos termos de Lenin, e assumidos pelo autor, ao “pântano”. No contraponto a estas posições conservadoras e retrógradas, nas páginas seguintes Frizzo passa a analisar os processos históricos do contexto latino-americano e caribenho que “permitem extrair sínteses sobre a consciência de classe para si nas lutas pela universidade”. É neste momento do texto que toda a fundamentação teórica apresentada de forma rigorosa nos capítulos anteriores se explicita através das lutas concretas protagonizadas pelo conjunto de trabalhadores e trabalhadoras que ousou tensionar a ordem e propor outra forma de educação e universidade à classe a que pertenciam – e na superação desta, ou seja, em que o processo de consciência se aflora, se materializa coletivamente e inside no cotidiano da existência da classe trabalhadora a partir do antagonismo classista com as classes dominantes. Julio Antonio Mella, líder estudantil cubano, é um dos protagonistas reivindicados pelo autor nessa relação entre as lutas gerais de transformação social e a transformação da universidade.

Nesse percurso de contestação, a Reforma de Córdoba, ocorrida em 1918, por mais que tenha se dado perpassada por contradições e até limites, é um marco relevante, que pode ser considerado o estopim para demais acontecimentos de ruptura e disputas em torno dos projetos de universidade na região. Frizzo inscreve as reformas universitárias a partir de um contexto de reconfiguração do padrão capitalista de acumulação no continente em que o “velho” e o “novo” conformavam-se para manter as elites no poder e podar de forma autoritária as reivindicações do movimento sindical e estudantil.

Naquele momento histórico, as lutas pela educação e universidade compunham as distintas faces das lutas sociais da classe trabalhadora latino-americana e também eram exigidas pelas mudanças

da dinâmica da acumulação do capital e estruturas do Estado. Assim, as Reformas Universitárias se assentavam “em pressupostos da ‘modernização’ da sociedade que se resumiu a importar da Europa e Estados Unidos modelos universitários a serem implementados no continente” (p. 181). “Tanto que em nenhuma Reforma Universitária realizada nos países do continente foi possível avançar para além de questões puramente acadêmicas ou institucionais. As reformas mantiveram os muros e a distância da realidade do povo trabalhador” (p.182). Nesse sentido, Frizzo explicita o contexto de criação da Universidade Popular Mexicana em 1912, que foi perpassada por inúmeras disputas a partir do contexto da Revolução Mexicana ocorrida dois anos antes (1910) e acabou resultando, a partir da promulgação da Constituição de 1917, no fato de a educação popular a partir das universidades, ser direcionada e institucionalizada a partir de programas de extensão universitária.

Também explicita que as primeiras experiências de Universidade Popular surgem na Europa, na segunda metade do século XIX, cujo intuito era levar o conhecimento elaborado nas universidades aos pobres da cidade e do campo que não podiam acessar tal espaço. Tal experiência se referia “à um modelo de extensão universitária desenvolvido por intelectuais vinculados à universidades tradicionais” com característica “mais evangelizadora do que libertadora” (p. 183). Ainda acerca do continente europeu, o autor afirma que no bojo das mudanças sociais que se impunham, também “vão ser criadas experiências de Universidades Populares vinculadas ao povo trabalhador” (p.184). Cita o surgimento da Universidade Popular de Paris como uma alternativa às instituições oficiais tradicionais.

É no começo do século XX que as ideias de Universidade Popular da Europa chegam ao Brasil. Nessa esteira, é criada no Rio de Janeiro, a Universidade Popular de Ensino Livre (UPEL), que “vinculada à sindicatos e organizações políticas, essa experiência já surge direcionada à mobilização do povo trabalhador por vias não-institucionais” (p. 186). Foi uma experiência com curta duração e o encerramento de sua atuação é envolto à polêmicas que possuem raízes nas disputas e antagonismo classista. Outra experiência relatada por Frizzo refere-se à criação da Universidade Popular da Parahyba, que nada mais foi do que uma tentativa, por meio da via parlamentar e através de leis e decretos, de “direcionar a perspectiva popular de educação, para um adestramento liberal ideológico” (p. 187).

Outra experiência relatada pelo autor envolve os comunistas, mais especificamente o PCB e algumas de suas lideranças, a exemplo de Carlos Marighella, que em uma de suas prisões políticas, em 1939, quando encarcerado na Ilha de Fernando de Noronha juntamente com demais militantes, dão início a círculos de estudos inspirados na concepção de Universidade Popular. A partir da legalização do PCB, em 1945, são criados Comitês Populares Democráticos. Apesar da cassação do partido em 1946, iniciativas de educação popular se expandem pelo país e é neste bojo que surge a Universidade do Povo em 29 de março de 1946 e que mantém atuação até 1957, quando é fechada pelo governo de Juscelino Kubitschek. Apesar de identificar certos limites na perspectiva de revolução brasileira da época, o autor é contundente quando afirma que a Universidade do Povo foi a

experiência brasileira mais elaborada da Universidade Popular – [que] partia de um

projeto de ruptura com a ordem social capitalista, partia de um projeto de emancipação humana, partia do confronto com a classe dominante, partia dos “de baixo”, de pessoas não alfabetizadas, pobres, negras, mulheres; de todas as pessoas que estavam à margem da participação política e que encontravam no PCB e movimentos sociais a possibilidade de organização popular e operária da classe” (p. 203).

Frizzo prossegue evidenciando os tensionamentos em torno da pauta da educação e da universidade popular e dialoga com importantes autores acerca do Movimento de Córdoba, cuja rebeldia estudantil contestava a realidade posta na Universidade Nacional de Córdoba (UNC) a fim de transformá-la. Destaca lideranças como Arturo Orgaz e Deodoro Roca e a criação da Federação Universitária Argentina (FUA). Importa ressaltar que este movimento, ainda que perpassado pelos limites históricos e políticos da época, ecoa e se generaliza no continente, influenciando, por exemplo, a reestruturação da Federación de Estudiantes de Chile (FECH) ainda em 1918, e na criação da Universidade Popular Lastarria, que reivindicava a aliança entre operários e estudantes alcançando “seu ponto máximo com a campanha de aliança internacional operário-estudantil chilena e peruana” (p. 210).

No Peru, Haya de la Torre torna-se uma destacada liderança estudantil neste processo internacionalista assumindo a perspectiva de articulação operário-estudantil. No ano de 1918, propõe a criação de Universidades Populares no país e em 1919 defende a participação estudantil na greve geral, processos estes que contribuirão para a realização do I Congresso Nacional de Estudantes do Peru no ano seguinte, em 1920. Frizzo evidencia ainda, acerca do panorama contestatório em torno e a partir da Universidade Popular no Peru, a atuação de José Carlos Mariátegui, que via certos limites do movimento estudantil e, para superá-los, no sentido de avanço da consciência deste setor, reivindicava a relação com o movimento operário, com a classe trabalhadora organizada a fim de alcançar mudanças sociais mais amplas, além do âmbito acadêmico. Convém evidenciarmos a compreensão de Universidade Popular assumida por Mariátegui (2010b, p. 349) e compartilhada no texto por Frizzo (p.219):

As universidades populares não são institutos de extensão universitária agnósticos e incolores. Não são escolas noturnas para operários. São escolas de cultura revolucionária. São escolas de classe. São escolas de renovação. Não vivem vinculadas a academias oficiais nem alimentadas por esmolas do Estado. Elas vivem do calor e da seiva popular. Não existem para a simples digestão rudimentar da cultura burguesa. Elas existem para a elaboração e criação da cultura proletária

Esse contexto de efervescência tensionadora da ordem ocorre em Cuba também. O autor destaca que o Manifesto de los Estudiantes Universitarios de Cuba convoca para a criação da Federação Estudantil Universitária (FEU) de Cuba no ano de 1922. Tal mobilização e organização estudantil logra êxitos na reforma universitária no país. Destaca Julio Antonio Mella como uma importante liderança desse processo, cuja atuação dava-se em estreita articulação com os princípios revolucionários em voga. Um marco importante desse conjunto de lutas é a criação da Universidade

Popular José Martí (UPJM) no ano de 1923, cuja direção político-pedagógica estava fortemente ligada aos comunistas, expressando em seu estatuto o princípio revolucionário. No entanto, no ano de 1927, a UPJM tem suas atividades encerradas decorrentes da declaração de ilegalidade proferida pelo governo ditatorial de Machado.

No avanço da luta da revolucionária, em 1962, é criada “uma universidade revolucionária, socialista e dirigida pela classe”(p. 234), que reivindica a atuação de Mella, aprovando em 10 de janeiro de 1962 a lei da Reforma Universitária, precisamente no dia que se completava 33 anos do assassinato desta figura revolucionária, enquanto “um desdobramento da constituição socialista em Cuba” (p.235). O autor destaca que “com este sentido revolucionário e popular da educação se produziu uma concepção socialista de universidade na Revolução Cubana” (p. 241). Lideranças como Fidel Castro e Che Guevara destacam e reivindicam a perspectiva da universidade popular, que vai se dar a partir de um sentido histórico e de classe, constituindo-se expressão da vida coletiva, tornando-se, assim, um patrimônio do seu povo, fruto e resultado de sua constituição enquanto classe no processo de formação de uma consciência revolucionária coletiva, uma vez que a classe é o sujeito histórico da revolução quando forjada enquanto classe para si. Em suma, na compreensão de Frizzo, a perspectiva da universidade popular compreende e se refere a

Uma classe que se produz por dentro do povo trabalhador, que a dirige e organiza, que se totaliza na consciência revolucionária e cria as suas formas organizativas (partidos, sindicatos, movimentos), daí o caráter popular da Universidade de conteúdo eminentemente classista, como mediação histórica da construção do Poder Popular que é, inevitavelmente, construído por uma classe: a classe trabalhadora (p. 251).

Ainda nas páginas iniciais da obra, Frizzo afirma que “o estudo de experiências educacionais da classe trabalhadora é uma chave importante para compreender seus limites e possibilidades por dentro de uma sociabilidade alienada” (p.18). Desfecha o percurso reflexivo afirmando que “para compreendermos a consciência da classe na luta pela Universidade, entendemos que os projetos de universidade produzidos pela própria classe em sua autonomia e organização são as expressões mais elaboradas da manutenção da consciência em cada período” (p.253) e, neste sentido, não se trata de avaliar as experiências históricas como “certas ou erradas”, mas de “compreender o movimento embebido de contradições explicitadas pelo confronto real das classes em luta” (p.253).

Destacamos que a leitura desta obra, que traz rigorosas reflexões teóricas e é perpassada por evidências didáticas de fatos contemporâneos, é urgente e necessária a todos que compõem, constroem e fazem a educação e suas instituições de ensino, a exemplo da universidade e da escola, seja docente, trabalhador técnico-administrativo ou corpo discente, e para além, a todos que reivindicam sínteses históricas para potencializar a perspectiva e o horizonte de uma sociedade emancipada em que a educação acontecerá a partir de contornos muito distintos dos que se impõem sob a ordem capitalista de doutrinação intelectual sobre o conjunto da classe trabalhadora.

Por fim, a leitura do livro *Universidade popular: concepção latino-americana de universidade* nos fez lembrar

dos dizeres do mineiro João Guimarães Rosa: "O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem". Que nos inspiremos nos processos históricos de reivindicação da universidade popular que fervilharam neste continente das *veias abertas*, da rebeldia e da resistência classista. Que nos inspiremos nesta obra que o intelectual militante Giovanni Frizzo compartilha conosco e muito nos ensina. Que não nos falte coragem e disciplina revolucionária, pois há em nossas mãos, enquanto classe trabalhadora, uma tarefa histórica em aberto: o alcance da plena liberdade do gênero humano, e nestas trincheiras da luta, Frizzo e sua obra contribuem com a classe a que pertencem.

Referências:

FRIZZO, G. **Universidade popular**: concepção latino-americana de universidade. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2024.

Notas

¹ Doutora e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3229587677691624> Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-2394-383X>. E-mail: kathibertollo@gmail.com.

Recebido em: 17 de jan. 2025
Aprovado em: 01 de mar. 2025